

FACULDADE DE SANTANA DE PARNAÍBA-FASP

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

JACIANE REIS FONTENELLE

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA  
E SUA ORGANIZAÇÃO

SANTANA DE PARNAIBA. 2020

JACIANE REIS FONTENELLE

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E  
SUA ORGANIZAÇÃO

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade de Santana de Parnaíba – FASP, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia, sob a orientação do Professor Dr. Edmundo Souza.

SANTANA DE PARNAIBA 2020

“A INCLUSÃO ACONTECE QUANDO  
SE APRENDE COM AS DIFERENÇAS  
E NÃO COM AS IGUALDADES”.

PAULO FREIRE

## O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUA ORGANIZAÇÃO

### Termo de Aprovação

O presente trabalho de conclusão, intitulado “O atendimento educacional especializado na educação inclusiva e sua organização” elaborado pela aluna Jaciane Rei Fontenelle, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia à Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados e, sendo julgado adequado para o cumprimento do requisito legal previsto no Regulamento do TCC/MONOGRAFIA da Faculdade de Santana de Parnaíba foi aprovado obtendo a nota \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

São Paulo SP, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### BANCA EXAMINADORA

---

Orientador: Prf. Dr. Edmundo Santana de Souza

---

Prof. Dra. Aline Cristina

---

Prof. Saulo Medeiros

“Posso admitir que o deficiente seja vítima do destino! Porém não posso admitir que seja vítima da indiferença!”

John Kennedy

Dedico a minha família que, com paciência, soube entender a minha ausência e, meus momentos de angústia e me deram forças para que não desanimasse. Ao meu esposo Marcos e filho Maicon, pois sempre me apoiaram e não mediram esforços para que, juntos, eu adquirisse esta formação.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela oportunidade de concluir este curso, pelas pessoas que ele colocou em meu caminho, tornando minha caminhada mais enriquecedora e prazerosa.

Ao meu filho Maicon que sempre me ajudou quando tinha dificuldades, ao meu esposo Marcos que na sua simplicidade estava sempre com palavras motivadoras.

Aos meus pais, irmãos e irmãs, em especial ao meu irmão jocial que partiu antes de tudo isso acontecer em minha vida mais estará sempre em meu coração, mais sei que ele sempre torceu muito por mim sempre o amarei.

A amiga Sabrina Aparecida, que sempre me ajudou em diversos momentos em minha formação.

A amiga Janaina e todos da sua equipe, pois foram excelentes parceiros com o auxílio do início ao final do curso.

A amiga Eli que foi uma parceira amiga, que esteve também do início ao final do curso me auxiliando e compartilhando saberes.

As incríveis Debora e Alessandra, que em pouco tempo construíamos juntas um trabalho magnífico, digno da pedagogia.

Agradeço aos colegas de classe pelo apoio e companhia, pelos momentos de aprendizagem compartilhada.

Em especial a toda equipe pedagógica, que me orientou e a todo momento prestou o auxílio necessário para elaboração deste trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho discute questões relacionadas ao contexto da organização escolar para melhor atender estudantes com deficiência, a inserção dessas pessoas na classe regular comum, examinando as políticas de melhoria para tal. Para observar o desenvolvimento dos alunos, tomam-se como base os conteúdos aplicados na instituição escolar. Enfatiza que, a aprendizagem da pessoa com deficiência é um processo diferente dos demais, sendo assim, capaz de aprender e a conviver em sociedade, respeitando suas limitações e assegurando um ambiente acolhedor que possa atender suas necessidades. O Atendimento Educacional Especializado assegura ao educando uma aprendizagem de qualidade e ao educador o suporte necessário para a mediação da aprendizagem.

**Palavra-chave:** Inclusão; Organização Escolar; Atendimento Educacional Especializado; Aprendizagem.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPITULO I - UMA ABORDAGEM CONCEITUAL SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO NO BRASIL.....	13
1.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL.....	18
1.2 AS DIVERSAS LUTAS DAS FAMÍLIAS PELA INCLUSÃO.....	19
1.3 A INCLUSÃO COMO UMA REALIDADE.....	22
CAPÍTULO II - A ESCOLA COMO UMA INSTITUIÇÃO INCLUSIVA.....	24
2.1 O TRABALHO DO PROFESSOR NA INCLUSÃO.....	26
2.2 POR UM AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO.....	27
2.3 A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO.....	30
CAPITULO III - O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	32
3.1 O USO DAS TERMINOLOGIAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	32
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
6. ANEXO.....	44

## INTRODUÇÃO

O processo de inclusão de alunos com deficiências educacionais especiais tem sido amplamente discutido, mas é observado que a grande maioria desses alunos continua fora da escola, ou está sendo encaminhada para o ensino regular sem critérios sérios de avaliação e acompanhamento.

Embora os inegáveis avanços alcançados através das lutas históricas desenvolvidas pelas pessoas com algum tipo de deficiências, familiares e organizações não governamentais, entre outros, a educação inclusiva é, ainda uma questão que preocupa educadores, famílias e o governo.

Muitos enganos são cometidos porque o discurso, a ideia de inclusão como um processo de acolhida do aluno, uma questão de respeito às diferenças, de valorização das capacidades individuais, não se faz presente na prática pedagógica dos educadores, no cotidiano da escola.

Na verdade, o que se pode observar com certa facilidade é que para muitos incluir é apenas receber, aceitar matricular todas as crianças na escola. Não se coloca como preocupação central oferecer à criança com alguma deficiência, além de um espaço físico em sala de aula, o respeito e a compreensão aos seus talentos e habilidades. Oferecer um sistema de ensino de qualidade a todos os alunos, respeitando suas diferenças.

Não se pode negar que muitas vezes essa situação se reproduz em função da falta de estrutura, de conhecimento e preparo, mas, também pelo descompromisso com a necessidade de realmente incluir e não inserir esta pessoa no espaço educativo.

É preciso fortalecer, construir o entendimento de que qualquer indivíduo possui limitações, o que não significa que não possa ser participativo e capaz de aprender, porque ao lado das limitações estão também várias capacidades, potencialidades que precisam ser estimuladas e valorizadas.

Esta pesquisa objetiva contribuir junto aos professores, equipes diretivas, pedagógicas e demais pessoas preocupadas com a educação inclusiva, com subsídios para alimentar as discussões acerca de tão importante temática. Sabendo que há alguns anos atrás, seria impossível este atendimento vendo que muitas famílias escondiam seus filhos, ao nascer e perceber alguma diferença das demais pessoas, e assim muitos morriam, pois não recebiam nenhum atendimento, médico e muito menos educativos.

Quando falamos em inclusão é necessário ter em mente alguns conhecimentos como: “saber fazer, saber ser e saber agir”, para assim saber resolver situações problemas, trabalhar a diversidade e trabalhar em equipe.

A mesma está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo iremos fazer uma abordagem conceituais sobre a atual conjuntura do processo de inclusão educacional no Brasil. O capítulo dois abordará a temática sobre a escola inclusiva e sua organização para que o processo aconteça no cotidiano escolar promovendo uma educação de qualidade, por último traçaremos um breve histórico do Atendimento Educacional Especializado e sua legislação, bem como o princípio norteador para o educador e as necessidades educativas especiais.

## CAPITULO I

### UMA ABORDAGEM CONCEITUAL SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO NO BRASIL

O conceito de inclusão e sua evolução sócia histórica aponta para a necessidade de aprofundarmos sobre como a este processo deve contemplar a diversidade de maneira singular. Isso implica em buscar compreender a heterogeneidade, as diferenças individuais e coletivas, as especificidades do ser e, sobretudo as diferentes situações vividas na realidade social e no cotidiano escolar.

Essa discussão passa necessariamente pelo reflexo o sobre os conceitos historicamente construídos acerca dos alunos com deficiências, cristalizados no imaginário social e expressos na pratica pedagógica centrada na limitação, nos obstáculos e nas dificuldades, que se encontram, muitas vezes, ainda presentes na escola. Uma proposta de educação inclusiva implica em um processo, de conscientização política de que todos devem ser agentes do ato educativo, independente de religião, etnia, gênero, sexualidade etc.

Incluir é, portanto, colocar valores em ação pedagógica para que se aperfeiçoe a participação de todos na aprendizagem. É propiciar uma intervenção estratégica na educação, pois é uma forma de assumir o ato educativo enquanto ato político de transformação social.

A inclusão está fundada na dimensão humana e sociocultural que procura enfatizar formas de interação positivas possibilidades, apoio as dificuldades e acolhimento das necessidades dessas pessoas, tendo como ponto de partida a escuta dos alunos, pais e comunidade escolar. O que significa realmente educação para todos? Em que implicaria, na realidade, a igualdade de oportunidades? Quais as demandas e necessidades que emergem no processo de aprendizagem?

O processo de conscientização deve envolver alunos, professores, comunidade, sociedade, movimentos organizados como: associação de moradores, sindicatos, instituições, movimentos sociais etc. A relação dialógica preconizada por Freire (1992) deve ser requisitada por todos aqueles que fazem educação e que buscam a inclusão como arma de transformação na sociedade que temos para aquela que queremos, pois o referido autor é e sempre será um exemplo para a educação (inclusiva) brasileira porque calca no verdadeiro diálogo as relações interativas, pautadas pelo compromisso político de seus pares, ou menos claras.

O diálogo inclusivo é visto como condição de emancipação para que o indivíduo se torne não só mais humano dentro do contexto em que está inserido, mas acima de tudo de forme como sujeito comprometido politicamente pela reflexão-ação, tão essencial à educação transformadora.

Não se pode ter a consciência ingênua de que o problema da inclusão esteja apenas ligado às crianças com necessidades especiais como aponta o texto legal da Constituição de 1988, que em seu artigo 208 prevê como dever do Estado o “atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular do ensino”, ou a Lei nº. 7.853, de 1989, que reafirma a oferta obrigatória e gratuita de Educação Especial em escolas públicas; também o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, ao registrar o direito da pessoas com deficiência à educação e à profissionalização e proteção no trabalho.

A Educação Especial marca o lugar da diferença, ao conviver com limitações humanas mais evidentes ou menos claras. O encaminhamento de alunos para escolas especiais ou a manutenção de classes especiais deveria constituir exceção a ser recomendada quando a educação na classe regular mostrar-se incapaz de responder às necessidades educacionais ou sociais do educando, e desde que tal incapacidade seja demonstrada de forma inequívoca (Salamanca, 1994).

Essas práticas quase sempre refletem apelos, expectativas e necessidades dos educadores, não correspondendo às reais necessidades dos educandos. As razões subjacentes a tais procedimentos costumam referir-se à falta de qualificação profissional e despreparo dos professores.

A deficiência não deve ser tomada, isoladamente, como obstáculo ou impedimento que impossibilita o pleno desenvolvimento das potencialidades de uma pessoa. As restrições decorrem das estruturas excludentes e das condições objetivas dos diversos campos de atuação do contexto social.

Para Mantoan (1997, p.56), “as escolas especiais, em nosso País, têm se tornado um dos mecanismos preferenciais dessa sociedade seletiva”. Acolhendo um universo restrito de educandos, tais instituições legitimam ambientes segregadores de aprendizagem. Educação inclusiva é antes de tudo: Um projeto político e pedagógico de democratização de acesso a todos, independente de raça, credo, cor, origem, sexo etc.

É atingir as comunidades pela educação, objetivando a transformação político-social, dando a todos qualidade de ensino e de vida efetivamente; é preciso desfragmentar o sistema excludente e centrar no aluno enquanto ser histórico concreto e não apenas tratá-lo como um dado coletado nas estatísticas de cunho positivista que os políticos tanto gostam de nomear em suas campanhas eleitorais, ou dos tecnocratas quando elaboram políticas e leis voltadas para uma educação para todos. (MANTOAN. 1997. p. 58)

De acordo com o MEC (1994), o acompanhamento sistemático no interior da escola tem sido reafirmado como estratégia recomendável no processo de integração escolar de portadores de necessidades educacionais especiais (necessidades próprias do alunado portador de deficiências, condutas típicas e altas habilidades, diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requerendo recursos pedagógicos e metodológicos educacionais específicos).

Vê-se também que a formação pedagógica em serviço procura transcender as condições objetivas, promovendo a instrumentalização da prática pedagógica, por meio de experiências concretas, de acesso a todas situações vivenciais e dos princípios e diferentes modos de aprendizagem.

Contrapondo-se aos cursos emergenciais, prioriza processos coletivos, enfatizando a complexidade da sala de aula e do ambiente escolar. Escolas inclusivas requerem novas estruturas e novas competências. A formação de educadores deve romper com a polaridade entre educação comum e especial, tendo como referência a diversidade e o aprendizado da inclusão.

A Declaração de Salamanca - (Espanha 1994), cita como princípio orientador a consideração de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

De acordo com essa Declaração crianças, jovens e adultos, cujas necessidades têm origem na deficiência ou em dificuldades cognitivas, são considerados portadores de necessidades educacionais especiais e devem ser incluídas em programas educacionais previstos para todos os educandos, mesmo aqueles que apresentam desvantagens severas.

Cita ainda que escola inclusiva é aquela que acomoda todas as crianças independentemente de suas condições intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras. Essa escola deve: promover uma educação de alta qualidade a todos os educandos, modificando atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras e desenvolvendo uma sociedade inclusiva; ser adaptada às necessidades dos alunos, respeitando-se o ritmo e os processos de aprendizagem; contrapor-se à sociedade que inabilita e enfatiza os impedimentos, propondo uma pedagogia centrada nas potencialidades humanas.

Para Mantoan (1997, p.18),

A viabilidade da inclusão dos alunos portadores de deficiência e necessidades educacionais especiais no sistema regular de educação requer o provimento de condições básicas como reformulação de programas educacionais e formação permanente dos educadores, dentre outras coisas. Essas ações e diretrizes devem extrapolar o princípio integrador da educação especial, articulando-se com os objetivos educacionais gerais. O movimento integracionista não deixa de representar um significativo avanço

nessa direção, embora se distancie dos postulados radicais da escola inclusiva. (MANTOAN 1997, p.18).

O princípio da integração consiste na igualdade de direitos, privilégios e deveres, participação ativa e interação social em ambiente o menos restritivo possível, respeitando-se as diferenças individuais. A integração escolar é um processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas, segundo as habilidades e performances dos alunos. Refere-se ao processo de escolarização no mesmo grupo, de alunos com e sem necessidades educacionais especiais, durante um período ou a totalidade de sua permanência na escola.

Trata-se de entender a singularidade como uma característica humana, ser diferente é próprio da espécie, todos carregam suas especificidades, enquanto pessoa humana. E na especificação de uma Educação Inclusiva, muitos são os obstáculos, que tal modalidade enfrenta, sobretudo, no que diz respeito à exclusão social, como se verá no próximo item deste trabalho.

De acordo com Carvalho (1997, p. 123):

A integração escolar é vantajosa para todos porque propicia a renovação do sistema educacional pela incorporação da diversidade das experiências humanas. Para que isso aconteça, será necessário fomentar modalidades educacionais condizentes com as necessidades e interesses dos educandos. Além disso, a formação dos educadores deverá enfatizar amplos princípios e processos de ensino/aprendizagem, retirando o caráter meramente tecnicista e instrumental das metodologias e procedimentos didáticos. Para isso, será necessário desmontar e desaprender estereótipos, preconceitos, mitos e outros construtos erguidos pelo imperativo da segregação e exclusão daqueles considerados impedidos ou incapazes de aprender. (CARVALHO, 1997, p. 123).

A falta de condições e recursos adequados ao atendimento das necessidades educacionais especiais dos educandos, associada a uma formação segmentada dos educadores, justifica o despreparo, mobilizando mecanismos de resistência.

Superar a exclusão não é tarefa fácil. Porém, cabe à escola propor alternativas e soluções, instrumentalizando-se de todas as formas para lidar com as diferenças. Uma das alternativas viáveis será, de acordo com (Sasaki, 1999), buscar o convívio produtivo com a diversidade.

## **1.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL**

A exclusão sempre marcou a história da atenção aos portadores de necessidades educacionais especiais. Na Antiguidade, a pessoa portadora de necessidades especiais não era considerada sequer como ser humano. Assim não se constituía crime abandonar e mesmo exterminar os diferentes, as pessoas que nasciam fora do padrão de normalidade estabelecido. Em Esparta, cidade da Grécia antiga, as crianças com deficiências físicas eram colocadas nas montanhas. Em Roma, eram atiradas aos rios.

Na Idade Média, pessoas com alguma deficiência física ou mental eram associadas ao diabo e a atos de feitiçaria. Em consequência, eram perseguidas e executadas. No século XVII, os avanços na área da medicina ampliam a compreensão da deficiência como tendo causas orgânicas, favorecendo assim, o surgimento de ações de tratamento médico das pessoas com deficiências de ordem física ou mental. A ideia do desenvolvimento por meio da estimulação caminha lentamente para as ações de ensino, mas somente a partir do século XVIII é que toma corpo e se desenvolve de forma mais significativa.

Nos Estados Unidos da América a aprovação, em 1975, da Lei Pública nº. 94142 estabelecendo a inclusão dos portadores de necessidades ou distúrbios de aprendizagens na rede comum de ensino, da pré-escola ao grau superior, marca mundialmente o início da educação inclusiva.

Após 1960, começaram a surgir no Brasil às escolas especiais, os centros de habilitação e de reabilitação, as oficinas protegidas de trabalho, os clubes sociais especiais e as associações desportivas especiais. A Educação Especial surgiu, então, como cuidados assistenciais às pessoas com necessidades especiais,

separados da educação comum. Atualmente, uma nova tendência propõe uma abordagem diferenciada para essa modalidade de Educação.

A Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96 estabelecem que a educação seja direito de todos, garantindo atendimento educacional especializado aos indivíduos com deficiência.

A educação inclusiva, mesmo não estando colocada de maneira explícita nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), é contemplada quando estes nas suas orientações didáticas consideram alguns princípios que vêm a serem os mesmos da educação inclusiva, uma vez que tomam como referência princípios psicopedagógicos extraídos do construtivismo piagetiano.

Em termos mundiais, o conceito de educação inclusiva ganhou maior notoriedade a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca. No que respeita às escolas, a ideia é de que as crianças com necessidades educativas especiais sejam incluídas em escolas de ensino regular e para isto todo o sistema regular de ensino precisa ser revisto, de modo a atender as demandas individuais de todos os estudantes.

O objetivo da inclusão demonstra uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma diferença ou necessidade especial. Do ponto de vista pedagógico esta integração assume a vantagem de existir interação entre crianças, procurando um desenvolvimento conjunto. No entanto, por vezes surge uma imensa dificuldade por parte das escolas em conseguirem integrar as crianças com necessidades especiais devido à necessidade de criar as condições adequadas.

## **1.2 AS DIVERSAS LUTAS DAS FAMÍLIAS PELA INCLUSÃO**

Na sociedade contemporânea a criança é reconhecida como membro de uma família – tida como a principal fonte de identificação, satisfação pessoal e socialização da criança. Cabe à família responsabilizar-se pela transmissão de valores culturais e socialização da criança.

A luta da família pela inclusão é percebida quando se observa que dentre as organizações sociais da sociedade civil, as associações de pais têm mantido um papel de ponta, de vanguarda, mesmo nos momentos em que imperavam políticas de cunho mais assistencialistas. O movimento pelos direitos dos portadores de deficiência não é recente e já passou por vários momentos, tendo sido necessário lutar até mesmo pelo direito à vida.

A partir de 1854, a Educação Especial começou sua trajetória no Brasil, com base nos estudos desenvolvidos na Europa, com modelos de internatos e de escolas especiais; nos Estados Unidos, com a inserção de classes especiais na escola comum e as conquistas dos movimentos organizados de pais de pessoas com necessidades especiais, que levaram avante progressos na legislação, no amparo financeiro e na melhora dos serviços necessários a seus filhos; na Suécia e na França, onde tomam a forma de Conselhos Familiares e de Ação Interfamiliar, respectivamente.

Com a descoberta de técnicas de estimulação precoce, os avanços nas pesquisas genéticas, o desenvolvimento de novas tecnologias e a invenção de equipamentos que permitem a compensação de vários aspectos das deficiências, a participação social tem se tornado uma preocupação e uma luta cada maior e mais constante dos profissionais que lidam com os portadores de deficiências, das suas famílias e deles próprios.

Nesse contexto, a família é vista como um parceiro a mais no processo de quebra de barreiras que impedem a inclusão e a participação social de seus integrantes, por quaisquer motivos. Sua participação no processo de reabilitação e de cuidados é cada vez mais reconhecida.

Atualmente já tem um melhor controle de fatores biomédicos, aconselhamento genético, planejamento familiar, detecção de problemas metabólicos, controle de fatores da mãe e outros, mas a população de crianças vulneráveis e com dificuldades de aprendizagem tende a aumentar por carências afetivas, falta de esclarecimentos, relações familiares perturbadas, entre outras causas.

Por isso, uma maior conscientização da família, no sentido de que ela perceba que faz parte de um contexto social e que exerce influências sobre o indivíduo, preparando-o para o mundo escolar é essencial.

Também a conscientização dos educadores não só em saber trabalhar com o aluno, mas também em promover o desenvolvimento familiar, de forma que a família se torne um agente ativo no processo de integração/inclusão, deve ser buscada.

É muito importante o contato com outras famílias que enfrentam, ou não, problemas com necessidades especiais. Os pais precisam estar cada vez mais conscientes e mobilizados para participar, apoiar, trabalhar em conjunto. As relações entre famílias de filhos com necessidades especiais oportunizam suporte recíproco para o fortalecimento necessário à convivência saudável entre seus membros.

Ainda hoje, não são poucas as histórias de pais que escondem seus filhos em casa, por vergonha ou desespero, muitos desconhecem as instituições especializadas ou não, públicas ou particulares, que podem atender a crianças especiais. Por tanto é dos governantes a responsabilidade de divulgar as ofertas educativas existentes, facilitando aos pais a busca de serviços especializados.

Muitos também desconhecem que devem cuidar para que não haja, em relação ao filho com necessidades especiais, superproteção, posto que esta em pouco ou nada contribua para o desenvolvimento da autonomia da pessoa. Uma das maiores angústias vividas por muitos pais de crianças deficientes é o encaminhamento de sua escolaridade. Isso ocorre, em parte porque quase sempre desconhecem seus direitos o que os impede de argumentar quando uma porta escolar lhes é fechada.

No em tanto, perante a lei toda criança tem direito à escola - que em conjunto com a família, deverá programar as melhores estratégias de ensino - aprendizagem para que o aluno portador de necessidades especiais dela se beneficie e nela permaneça.

Cabe ao Estado formular e programar uma política de educação inclusiva, alocar e destinar recursos e mobilizar a sociedade civil para causa. A integração/inclusão das pessoas com necessidades especiais é um processo que

requer, para sua consolidação, a concorrência de múltiplos esforços e a participação de todos os segmentos da sociedade de forma que se crie uma consciência social.

### **1.3 A INCLUSÃO COMO REALIDADE**

A concepção da escola inclusiva aproxima-se dos eixos norteadores da Educação Básica, em cujos fundamentos reconhecem-se as diferenças humanas como normais e a aprendizagem centrada nas potencialidades do sujeito, ao invés de impor aos educandos rituais pedagógicos preestabelecidos. Nesse sentido, todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independente de qualquer dificuldade ou diferença que possam ter.

As escolas devem responder às necessidades diversas de seus alunos, incorporando estilos e ritmos de aprendizagem por meio de arranjos organizacionais, currículos apropriados, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades. A lógica da exclusão apoia-se na lógica das classes.

Classificar é uma forma de conhecimento, que possibilita definir a extensão dos termos que, por possuírem um critério comum, são equivalentes entre si, quanto a esse critério. Ou seja, classificar é uma forma de conhecimento que permite reunir - abstraindo as semelhanças, todos os termos que satisfazem a um critério comum, tornando-os, por isso, equivalentes entre si com relação a esse critério. Todos necessitam classificar para conhecer as coisas.

Classificar é, portanto, uma forma de organização ou de raciocínio que coloca os iguais, os que respondem ao mesmo critério, em um mesmo lugar, em uma mesma caixa. Iguais, significam aqui, que os elementos – por terem sido reunidos e por se enquadrarem no mesmo critério, não guardam diferenças e por isso são equivalentes entre si, isto é, substituem-se uns aos outros.

Alunos, professores, técnicos, especialistas, pais, agentes do poder público e comunidade, todos devem assumir o desafio da descoberta e a superação de limites, construindo novas competências referenciadas no paradigma da escola

inclusiva. Esse alvo longínquo deverá mover ações e intenções como uma utopia a ser conquistada.

Muitos educadores acreditam que a inclusão necessariamente é o inverso da exclusão. Entretanto, é preciso atentar para a possibilidade de o avesso da inclusão ser uma inclusão precária, instável e marginal decorrente de inúmeros fatores dentre os quais “a sociedade capitalista que desenraiza, exclui para incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão”. (Martins, apud Amaral, 2002, p.32).

Felizmente, no Brasil, os documentos oficiais sobre educação inclusiva evidenciam preocupação em igualar as oportunidades de acesso ao ensino, e mais do que isso, em proporcionar a continuidade dos portadores de necessidades especiais no sistema escolar regular.

Entretanto, como bem lembra Carvalho (1997, p.42), “Oportuno, também, enfatizar que a educação inclusiva deve ser entendida como um processo e não como uma providência a ser tomada”. A inclusão tem de ser feita de modo que se torne uma prática comum a todos e em quaisquer níveis e espaços de nosso sistema educacional, e não apenas vista como uma providência emergente para acabar com desigualdades que se façam evidente em determinado instante.

## **CAPÍTULO II**

### **A ESCOLA COMO UMA INSTITUIÇÃO INCLUSIVA**

O atendimento de pessoas com necessidades especiais, na rede regular de ensino exige dos seus profissionais conhecimentos produzidos em diferentes áreas - psicologia, medicina, pedagogia, arquitetura etc., no sentido de gerar um saber interdisciplinar - indispensável ao sucesso da inclusão.

O processo de inclusão não é facilmente alcançado apenas através da instauração de uma lei. Tampouco pode ser concluído rapidamente. Exige uma série de medidas dentre elas a reformulação do ensino – abrangendo currículos e métodos, formação inicial e continuada dos professores, melhoria das estruturas física e pedagógica das escolas.

Na atual conjuntura, as dificuldades no atendimento de pessoas com necessidades especiais são reflexas de uma prática social que não fica circunscrita aos limites da escola.

De modo geral, a sociedade estabelece e marcam as diferenças, o que resulta na utilização de mecanismos discriminatórios nos quais estão presentes processos de “coerção normalizadora e fabricação ininterrupta de desviantes” (Wanderley, 1999, p. 8). Mudanças, todavia, têm sido verificadas, determinadas por novas perspectivas.

Concepções pedagógicas que encaravam o desenvolvimento como determinantes da aprendizagem deram lugar a uma abordagem mais interativa “em que a aprendizagem abre caminhos que favorecem o desenvolvimento” (Marchesi, 1995, p. 9). Dessa forma, passou-se a não mais encarar os limites de pessoas com necessidades especiais como fronteiras demarcadas de antemão, e o papel da educação foi redimensionado para admitir sua importância fundamental no desenvolvimento dessas pessoas.

Além disso, a progressiva conscientização social em relação às minorias acaba por pressionar as instituições e as força a estarem preparadas para atender todos os cidadãos, cujos direitos estão assegurados, independentemente de serem diferentes.

Segundo a Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais (1994, p. 17-18). A inclusão, não significa apenas colocar pessoas “diferentes” num lugar em que não costumavam estar, a classe regular. Significa não mais conceber as necessidades especiais como imutáveis ou incapacitantes. Significa, ademais, rever o papel da escola e conscientizá-la de que sua responsabilidade é educar a todos, sem discriminação.

Logicamente, isso exige uma reviravolta estrutural na sociedade, como um todo. Diante desta imensa tarefa, encontram-se os profissionais da educação. A eles cabem dar conta das reformas educacionais propostas pelas autoridades.

Segundo Marques (2000, p. 64).

A educação inclusiva é uma proposta de aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado de inclusão social, o qual proposto como um novo paradigma e implica a construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos. O movimento pela inclusão está atrelado à construção de uma sociedade democrática, na qual todos conquistam sua cidadania e na qual a diversidade é respeitada e há aceitação e reconhecimento político das diferenças.

Ainda de acordo com a autora, a discussão sobre o movimento de inclusão vem ocorrendo no Brasil há mais de uma década, mas a grande maioria do alunado com necessidades educacionais especiais ainda está fora da escola, poucos estão inseridos em escolas e classes especiais ou estão alocados em salas de aula do ensino regular sem qualquer preparo do professor para recebê-los. É preciso, então, saber se estes profissionais estão preparados para tal processo.

Nesse contexto, compreende-se que o papel da escola inclusiva compatível com a realidade é principalmente o de acolher a todos indistintamente, de modo que todos possam participar do mesmo processo de aprendizagem, efetivando trocas interativas que fortaleçam a aceitação das diferenças.

Afinal, singularidade e diversidade são características configurativas dos seres humanos, e da própria natureza, que se embeleza justamente por meio da unidade e da diversidade que são também suas características mais básicas.

## **2.1 O TRABALHO DO PROFESSOR NA INCLUSÃO**

A necessidade de mudanças e inovações nas formas de trabalho pedagógico desencadeia um novo parâmetro no que diz respeito, a um novo papel da escola e o trabalho do professor, no que diz respeito a sua formação, na qual requer a uma contínua reconstituição do seu papel, em vista das exigências atuais.

Para Sasaki (1999, p.87):

Dentro deste novo conceito de escola, o papel do professor já não corresponde àquele que foi desempenhado no passado. Atualmente vive-se em permanente contato com o desafio, onde a informação corre por entre os dedos, quer através dos jornais, livros e revistas, quer pela televisão e outros meios audiovisuais, exigindo a este profissional uma capacidade de adaptação permanente, o que provoca por vezes um sentimento de instabilidade, gerando-se frequentemente “stress profissional”. Por esta razão é importante conhecer e perceber quais são os fatores que estão envolvidos no processo de mudança para que de algum modo possamos usar estratégias que nos ajudem a contrariar a nossa tendência natural para a “rejeição à mudança”.

Um aspecto que se deve ter sempre presente é de que o professor, para além de um profissional da educação, é uma “pessoa”, o que implica desde logo o estabelecimento de processos internos e externos que dominam a elaboração que cada um faz da realidade, tornando-nos agentes interativos em campos tão

diferentes como: a família, o trabalho, o lazer e outros - nos quais estabelecemos relações, numa perspectiva sistêmica, onde a sociologia e a psicossociologia das organizações tem vindo a desenvolver os seus estudos sobre o comportamento humano.

Logo, percebe-se que a participação dos professores nos processos de mudança, é fundamental.

Quando ocorre esta inclusão, o papel de todos no ambiente escolar é de facilitadores, dedicados, dando possibilidades no processo de ensino aprendizagem. Capacitam-se então as escolas e os professores para que tal ocorra de forma menos negativa, evitando assim a chamada exclusão. Se os professores se sentirem verdadeiramente auxiliados, serão os primeiros a alterar os seus comportamentos.

Contudo, se a mudança for imposta e não partir das necessidades reais e intrínsecas do professor, ou da escola como grupo, a consequência imediata será: a existência de um problema extremamente penoso para o indivíduo.

Neste sentido, surgirá inevitavelmente – o que não é desejável – obstáculos. Desta forma e, em oposição, dever-se-á encontrar uma plataforma de entendimento e consensos, de onde surgirá como outra opção a cooperação, o que permitirá aos professores e escolas, melhorarem as suas práticas, proporcionando um ensino de maior qualidade que se preocupa com os alunos como seres humanos e não como matéria prima para experimentar coisas.

Sabe-se que a prática docente se constrói na ação cotidiana do professor, no seu dia a dia, refletindo sobre sua ação pedagógica, refazendo-a constantemente, observando cada aluno, quais as suas maiores dificuldades.

E, nesse fazer refletido, vai construindo as bases do seu conhecimento, com a clareza de que sua função é promover nas crianças a identidade pessoal, o desenvolvimento da competência, da oportunidade de crescimento, da estimulação dos sentidos, da sensação de seguranças e confiança, tendo sempre em vista a formação de um cidadão pleno. Eis o papel do professor na inclusão.

## **2.2 POR UM AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO**

O processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais tem sido amplamente discutido, principalmente a partir da década de 90, quando se iniciou o debate sobre a necessidade de não somente intervir diretamente sobre essa população, mas também reestruturar a sociedade para que possibilite a convivência dos diferentes.

Uma escola que se propõe ser inclusiva é uma instituição disposta a oferecer uma educação de qualidade para todos. Responsável e participante nas questões que têm a ver com a gestão dos comportamentos na sala de aula, com a construção de um clima social favorável às aprendizagens e na determinação dos próprios objetivos de aprendizagem. Responsável e participante na formulação dos programas e conteúdos de aprendizagem e na avaliação dos seus próprios progressos, verificando, através de critérios cooperativamente construídos entre professor e alunos, se os produtos da sua atividade se ajustam às aprendizagens a realizar e que previamente foram negociadas.

Além dos benefícios trazidos aos alunos com algum tipo de necessidade especial, oferece aos outros alunos experiências de vida solidária, de aceitação das diferenças, de mudanças de valores, melhorando, em sentido amplo, a educação e a qualidade da vida humana.

Uma boa organização da sala de aula exige a presença de regras claras, quer no que respeita ao que é e o que não é um comportamento aceitável, quer no que respeita à forma de execução das tarefas e atividades de aprendizagem, base para que o professor seja capaz de ensinar sem dificuldade e os alunos possam melhorar as suas aprendizagens.

No entanto, não é possível esquecer que todo esse processo de organização e funcionamento deve passar pelo respeito mútuo, pela aceitação e compreensão das necessidades do outro, por um processo aberto e dinâmico de negociação onde o aluno se sente responsável e participante.

A preocupação maior, portanto, deveria ser em oferecer à criança com alguma deficiência, além de um espaço físico em sala de aula, o respeito e a compreensão aos seus talentos e habilidades. Oferecer um sistema de ensino de qualidade a todos os alunos, respeitando suas diferenças, deveria ser o ponto de partida para a

melhora do acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Perceber que qualquer indivíduo possui limitações, o que não significa que não possa ser participativo e capaz de aprender, seria um bom ponto de partida para a reflexão sobre como trabalhar as diferenças em sala de aula. Daí, a necessidade de revisar as bases de trabalho dos professores, oferecendo também aos educadores que atuam na educação especial acesso a uma formação que os auxilie a reorientar seus papéis para trabalhar num contexto inclusivo, que exige mudanças, não só em conhecimentos e habilidades pedagógicas, mas também em atitudes e valores.

Finalmente, a aceitação dos alunos com necessidades especiais em escolas comuns tem que acontecer de verdade. Eles não podem ser apenas figurantes nesse espaço pedagógico. Se aceitarmos as crianças deficientes na escola e se as tratamos de forma excludente ou co-dependente, terão um tratamento diferenciado dos demais alunos, ocasionando a exclusão da inclusão ou a inclusão perversa.

Segundo Mantoan (1997), “A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional”, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

A luta para se ter uma escola inclusiva de verdade é grande, de nada adianta colocar a criança especial dentro de uma classe comum, se a deixarem segregadas, exclusas, vegetando em sala de aula. A pessoa com deficiência tem que sentir-se valorizada, importante, inteligente, capaz igual aos demais estudantes. Cada um possui limites, até os “ditos normais” também possuem o que o professor não pode é enfatizar a limitação das pessoas e sim mostrar-lhes que são capazes de evoluir sempre, que cada conquista não é o ponto final, é apenas o estímulo para buscar cada vez mais.

Inúmeros são os desafios que o sistema educacional enfrenta para se tornar, de fato, um sistema inclusivo para todos. Dentre outros, identifica-se como desafios cruciais: a garantia de acesso à educação de qualidade em qualquer nível educacional; o desenvolvimento da educação de professores com a finalidade de

preparar todos os docentes para ensinar usando didáticas inovadoras que promovam a inclusão de todos nas atividades realizadas na escola e nas salas de aula e, finalmente, o desafio de formar docentes capazes de educar na diversidade, isto é, capazes de flexibilizar e enriquecer o currículo para ensinar todos os estudantes. (CARVALHO, 1997).

No contexto educacional brasileiro, apesar da existência de políticas públicas que garantem direitos igualitários à educação (Constituição Federal 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 1996), inúmeros grupos sociais em situação de desvantagem socioeconômica permanecem à margem do sistema educacional, como é o caso, por exemplo, de pessoas com deficiências, de crianças e jovens indígenas, quilombolas ou daquelas que vivem em áreas remotas ou nas ruas. Muitos estudantes encontram barreiras para se ‘encaixar’ no esquema escolar rígido que ignora sua realidade cotidiana de vulnerabilidade social ou o simples fato de que muitos estudantes não encontram na escola sentido para suas vidas. Nesse contexto, a escola inclusiva tem um papel e uma função social fundamental para romper com a desigualdade educacional e social.

De acordo com MEC/Secretaria Especial de Direitos Humanos 2004,

A escola tem que ser a construtora do saber com justiça social, promovendo a discussão de temas como ética direitos humanos, diversidade, participação política [e] paz, dentro da sala de aula, como eixos integradores do desenvolvimento curricular.

A escolarização constitui uma experiência chave para a formação humana e, portanto, ninguém pode ficar de fora e ninguém deve ser excluído das escolas. Da mesma forma – e ao mesmo tempo - é necessário e urgente a incorporação do princípio da inclusão de todo (a)s os educando (a)s nos diversos contextos escolares e etapas educacionais, a fim de assegurar aprendizagens com qualidade e participação efetiva na vida escolar. As atividades escolares em geral e as práticas pedagógicas, em particular, têm papel fundamental na construção da cultura e da política inclusivas.

### **2.3 A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO**

A qualidade educacional da educação inclusiva, oferecida a crianças, jovens e adultos brasileiros constitui um desafio prioritário para o sistema educacional. Esse desafio se justifica porque, no Brasil, já “atingimos escolas para todos com a universalização da educação], mas não educação para todos.” (Ferreira, 2003, p. 05), isto é, ainda existe nas escolas brasileiras um alto índice de fracasso e evasão escolares. Portanto para que uma educação inclusiva seja eficiente, é preciso um trabalho de dedicação envolvendo a escola e também a família, sendo multidisciplinar todos fazendo a diferença.

O aumento na qualidade da educação oferecida nas escolas representa a melhoria na aprendizagem de todos os educandos e, conseqüentemente, o aumento nos índices de aprovação. Portanto, a melhoria na qualidade do ensino representa, inversamente, o combate à exclusão através da redução do fracasso e da evasão escolar.

De acordo com o Relatório de Monitoramento Global 2005 da Educação Inclusiva para Todos – O Imperativo da Qualidade (UNESCO 2005, p. 17), a qualidade em educação tende a ser definida com base em dois princípios: O primeiro identifica o desenvolvimento cognitivo dos alunos como o principal objetivo explícito de todos os sistemas educacionais. Conseqüentemente, o sucesso dos sistemas em realizar este objetivo é um dos indicadores de sua qualidade.

O segundo enfatiza o papel da educação na promoção de valores e atitudes de cidadania responsável e no provimento do desenvolvimento criativo e emocional. No âmbito das políticas públicas, a inclusão escolar indica encaminhamentos e diretrizes, que devem ser observados para que as escolas se transformem e se abram para as diferenças, valorizem a unidade e a diversidade e se voltem para a formação de uma cidadania plena.

Nesse sentido, a definição de qualidade, acima apresentada, implicitamente confere ao docente a responsabilidade na melhoria do desempenho acadêmico (desenvolvimento cognitivo) de forma a garantir o sucesso escolar de cada um de seus estudantes.

As escolas orientadas pelo princípio da inclusão são instituições educacionais que reconhecem e celebram tal diversidade humana, desenvolvem e cultivam a cultura de acolhimento de todo (a)s de forma igualitária e de valorização das diferenças (Salamanca 1994).

## **CAPITULO III**

### **O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**

Historicamente na educação especial, temos vivenciado uma série de mudanças paradigmáticas que se manifestam em mudanças teóricas, legais, conceituais e terminológicas. Mudanças nas práticas sociais e educacionais destinadas ao cumprimento dos direitos e todos ao cidadão.

Ao longo desse grande percurso da educação especial, é possível a visualização de espaços e lugares ocupados pelos sujeitos que compõem este universo. Da crença de que não eram capazes de aprender e assim sendo não poderiam ser escolarizados, passamos a adoção de diagnósticos que aprisionavam e reduziram tal sujeito a sua própria deficiência.

Assim o grau do prejuízo acabava por determinar os espaços escolares: a escola especial, a classe especial, e o ensino comum, que poderiam frequentar. Sendo de responsabilidade rica e exclusiva do sujeito em se adequar ao espaço educacional. Tempo e ritmo da aprendizagem da turma que esta sendo inserido.

Tecer uma discussão sobre quem são os alunos, e, em qual situação de inclusão estão, e qual a forma de encaminhamento ao atendimento educacional especializado, frente à nova Política de “Educação Especial na Perspectiva vem produzindo e seus efeitos no contexto educacional e na rede de ensino”.

Refletir sobre quem são estes alunos remete diretamente sobre o espaço educacional que os acolhe, tal lugar tem que ter como objetivo primordial: criar condições de permanência desses alunos no contexto de ensino regular.

#### **3.1 O USO DAS TERMINOLOGIAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**

A dimensão contextual da deficiência e o grau de desvantagem a que ela possa estar associada é introduzida através da terminologia “necessidades educativas especiais”. A utilização do termo aparece pela primeira vez no Relatório

Warnock (elaborado com base em uma pesquisa, realizada na década de 70, na Inglaterra, que por sua vez mapeou a educação especial no país, sob a coordenação de Mary Warnock), que tinha como objetivo diferenciar deficiência e desvantagem, trazendo uma implicação direta de diferentes contextos sociais e exigindo adaptações recíprocas entre sujeito e o meio, ou seja, um sujeito cadeirante teria maior ou menor desvantagem em relação ao meio em que seria inserido, de acordo com a existência ou não de barreiras arquitetônicas e de acessibilidade nos diferentes espaços físicos sociais.

Segundo BRIDI (2006):

O conceito de necessidades educacionais especiais permite que se questionem as categorias de classificação da deficiência, deslocando a ênfase do aluno com deficiência para centrar-se na resposta educativa da escola, sem desprezar ou a circunstância vivida pelo aluno. Um dos aspectos inovadores desse conceito evidencia-se na relação estabelecida entre aluno com deficiência que apresenta dificuldades escolares e aqueles sem dificuldades de aprendizagem. Nesse sentido o “relatório” sugere ainda que a expressão sirva para representar todas as exigências vividas pelos alunos durante a vida escolar. (BRIDE, 2006, p.7).

Essa terminologia - necessidades educacionais especiais – pra designar o contingente de alunos de alunos da educação especial, é também utilizada na Declaração de Salamanca (1994).

Este documento internacional tem como objetivo as orientações para a educação especial, influenciando-a, em nível mundial. No Brasil, o uso desta terminologia aparece no âmbito legal da LDB 9.394/96 e em alguns documentos oficiais que estabelecem as diretrizes para a organização da educação especial no país.

Conforme o documento cabe destacar que o trabalho do atendimento educacional especializado será de forma articulada com o ensino comum, visando o atendimento educacionais especiais do aluno acima referido, tal atendimento será contra turno ao ensino regular. Com o passar do tempo, quando questionado as

categorias de deficiência, o conceito de “Necessidades Especiais” acabou por englobar alunos sem deficiências, mas que apresentavam algumas necessidades educacionais diferenciadas em seus processos de escolarização.

Esta compreensão redimensionou tanto o contingente de alunos da educação especial, ampliando o; como a própria educação especial, com a defesa de que a mesma deveria estar a serviço de todos os alunos que, em algum momento de sua aprendizagem necessitasse de tal auxílio.

Entretanto o impasse da terminologia compreendeu a manutenção ou não da utilização do termo “necessidades especiais”. No texto final da Política encontramos a nomeação destes alunos, com base na condição vivida pelo sujeito – aluno com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação, priorizando o serviço à educação e do Atendimento Educacional Especializado, para este contingente de alunos.

Considera-se alunos com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo, de natureza física, mental, intelectual e sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes de espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, dislortografia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros (BRASIL 2008, p.15).

Atendimento Educacional Especializado é a integração entre a objetividade e a subjetividade nos processos de ensino/aprendizagem. Assim sendo, compreender a integração entre a construção do conhecimento por parte do sujeito - o sujeito epistêmico e a constituição do sujeito pelo conhecimento - seu desejo, sua história, sua singularidade.

O papel reflexivo do atendimento educacional especializado deve estar permeado na identificação dos problemas de aprendizagem, do aluno em questão, buscando conhecê-lo em seus potenciais construtivos.

A escola tradicional se depara com a necessidade de questionar seus métodos e propostas curriculares, diante do novo perfil de seus alunos.

Segundo Dembo 1994:

Evidências sugerem que um grande número de alunos especiais possui características que requerem atenção educacional diferenciada. Neste sentido, um trabalho de Atendimento Educacional Especializado pode contribuir muito, auxiliando educadores a aprofundarem seus conhecimentos sobre as teorias do ensino-aprendizagem e as recentes contribuições de diversas áreas do conhecimento, redefinindo-as e sintetizando-as numa ação educativa. DEMBO (apud FIRMINO ET AL, 1994, p. 57).

Nos dias atuais de um mundo globalizado, com a facilidade de se obter todas e quaisquer informações, a escola deixou de ser o principal agente da educação. A integração na escola só acontece quando pensamos em um projeto educacional para cada candidato à inclusão, desde a avaliação das competências, até uma reestruturação do projeto da escola.

É de fundamental importância a atuação do atendimento educacional especializado às necessidades de seu público alvo. Não se podem pensar na possibilidade de uma adequada inclusão escolar sem o trabalho do atendimento educacional especializado, que deve apoiar a criança nas suas angústias, dificuldades, limitações ajudando-a a superá-las.

Para Martins (2006):

Se o sujeito tem dificuldades para articular o “eu” e o “outro” está sem autonomia para a aprendizagem, apresenta uma discrepância entre o corpo (que pode estar desenvolvido), o pensamento e a emoção. O sujeito tem dificuldade de interação, sente-se ameaçado quando está no meio do grupo. (MARTINS, 2006, p. 67).

Para que a inclusão seja efetuada, precisa-se de um fio condutor integrativo para articular o sujeito e o grupo. Não só trabalhar a diversidade em sala de aula, mas em toda a escola. É necessária, também, maturidade profissional de todo o grupo na busca de um trabalho efetivo, com capacidade de desenvolver recursos próprios para lidar com a frustração das possibilidades de insucessos. Todos os funcionários da escola devem conhecer como o aluno aprende, suficientemente bem, para atendê-los nas diversas situações do cotidiano escolar.

Segundo Pires apud Martins, 2006, ressalta que

Deve-se promover uma formação permanente de uma escuta adequada de todos os setores envolvidos, o clínico, o institucional, o familiar, o diálogo com toda a comunidade. Os pais serão orientados sistematicamente, pois a família precisa estar ao lado do estudante, compartilhar seus mitos, anseios, e expectativas objetivas. (PIRES apud MARTINS, 2006, p.69).

A intervenção junto ao professor, num processo de parceria, possibilita uma aprendizagem muito importante e enriquecedora, principalmente se os professores forem especialistas nas suas disciplinas. Não só a sua intervenção junto ao professor é positiva. Também o é a sua participação em reuniões de pais, esclarecendo o desenvolvimento dos filhos; em conselhos de classe, avaliando o processo metodológico; na escola como um todo, acompanhando a relação professor e aluno, aluno e aluno, aluno que vem de outra escola, sugerindo atividades, buscando estratégias.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar demanda modificações profundas no sistema de ensino, para que se efetive uma real política de educação inclusiva, sendo que em geral, no contexto educacional, esses aspectos têm sido contemplados de maneira insuficiente no que se referem à prática cotidiana dos educadores, contribuindo, muitas vezes, para reforçar preconceitos que colaboram para mistificar e supervalorizar as dificuldades no processo ensino-aprendizagem das pessoas, e em particular, das crianças com necessidades educacionais especiais. Todo aluno espera encontrar na sala um ambiente acolhedor, uma figura positiva e que seu sucesso venha através de algum esforço, para que seja realmente válido a sua estadia neste lugar.

Tende-se que, os princípios norteadores da educação inclusiva - o direito de todas as crianças à educação, o respeito às necessidades, interesses e capacidades de aprendizagem de cada criança, o acesso das pessoas com necessidades educacionais especiais às escolas comuns e a importância de uma pedagogia centrada na criança, entre outros, exigem dos professores do ensino regular conhecimentos específicos sobre os alunos com necessidades educacionais especiais, exigem, também, que os professores especialistas em diferentes áreas de atuação em Educação Especial tenham formação com ênfase não no possível déficit do aluno, mas, fundamentalmente, valorizando suas potencialidades e possibilidades.

E mais, que os futuros especialistas tenham consciência e instrumental teórico que lhes permitam refletir e analisar o contexto escolar em seu conjunto de forma que possam vir a contribuir efetivamente (e sintam-se responsáveis por ele) na busca de soluções, visando o aprimoramento dos processos de escolarização, objetivando uma efetiva diminuição da exclusão escolar.

Considera-se que todos os professores devam ser levados a assumirem a responsabilidade na formação dos propósitos e condições da escolarização de todos os alunos.

O conhecimento e o aprendizado não são adquiridos somente na escola, mas também são construídos pela criança em contato com o social, dentro da família e

no mundo que a cerca. A família, porém é o primeiro vínculo da criança e é responsável por grande parte da sua educação e da sua aprendizagem.

No contexto da educação brasileira, o desafio de desenvolver sistemas educacionais inclusivos e com qualidade convive com inúmeros outros desafios igualmente significativos.

Entre esses desafios, citam-se: a recusa de matrículas de alunos e alunas com deficiências nas escolas públicas e privadas apesar da legislação garantir o direito de acesso de todos à educação; a crença de gestores e educadores de que primeiro as escolas devem estar preparadas para receber alunos com necessidades especiais; a perspectiva de educadores e gestores de que a inclusão de estudantes com necessidades especiais depende de recursos, meios e profissionais externos à escola; a falta de clareza por parte da comunidade escolar sobre o novo papel das escolas e instituições especializadas no apoio às escolas da rede de ensino; a distância entre a formação inicial de docentes oferecidas pelas instituições de ensino superior e as necessidades reais das escolas e docentes nas várias regiões brasileiras.

Para se buscar uma qualificação educacional, é necessário que os cursos de formação de professores repensem a natureza de seus currículos e programas e as suas práticas, tendo como meta fundamental o ser humano que se deseja formar.

É necessário registrar que estas mudanças não podem ser isoladas, deve estar integradas ao núcleo de uma política educacional, cujo objetivo seja alcançar a verdadeira democracia através da emancipação de todos os homens, conseqüentemente uma educação para a crítica, para a transformação e para a resistência.

Desta forma, a educação não deve orientar-se cegamente por modelos que induzem o professor a trabalhar segundo princípios pré-estabelecidos, utilizando instrumentos e recursos pré-determinados e em condições de aprendizagem que ignoram a realidade concreta do aluno, da turma, da escola e da própria sociedade.

Não há modelos rígidos e imutáveis se a meta fundamental é a formação de um ser humano autônomo, consciente da realidade que o cerca, e apta a nela intervir. A educação inclusiva, embora as inúmeras conquistas e avanços já alcançados sejam um processo ainda inconcluso que demanda cada vez mais a

participação consciente não apenas dos profissionais da educação, mas do Estado e de toda a sociedade civil organizada. Portanto, é necessário que outros estudos sejam desenvolvidos na perspectiva de que o paradigma da inclusão seja discutido, estudado, questionado e efetivamente colocado em prática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL. G. **Inclusão em debate: das políticas públicas ao currículo da escola.** In **Revista Cadernos de Educação Especial.** Santa Maria: Editora UFSM, 2002.

BOSSA. Nádia. **A Psicopedagogia no Brasil. Contribuições a partir da Prática.** Porto Alegre: Artes Médicas: 1994.

\_\_\_\_\_. **Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial.** Série Livro. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. **Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de dez.1996.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: Educ, 1993.

CARVALHO. Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2000.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais,** 1994, Salamanca-Espanha.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Linhas de ação sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade**. Brasília: 1994.  
Guia de Orientação para Educadores, Pais e Escolas

DEMBO. A. In. FIRMINO. Maria Teresa Baptista de. **A educação especial do deficiente mental**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1994.

FERNÁNDEZ. Alicia. **Os idiomas do Aprendente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

FERREIRA, MG **Psicologia Educacional: análise crítica**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 2003.

FREIRE. Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1992.

MANTOAN, Maria Teresa (org.). **A integração de Pessoas com Deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 1997.

MARCHESI. A. **O desenvolvimento cognitivo e linguístico de crianças surdas: Perspectivas educativas**. Madri: Alianza, 1995.

MARQUES. Mario Osório. **Formação do profissional da educação**. Ijuí: Unijuí, 2000.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil. História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora. 1996.

MERY. Sônia. In BOSSA. N. **Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico**, Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

NEVES. Pierre. **A integração da criança deficiente na classe**. São Paulo: Manole, 1991.

PIRES. R. F. In. MARTINS. F. **Os centros psicopedagógicos, os centros de reeducação e de psicoterapia. Tratado das ciências pedagógicas**. São Paulo: Nacional; EDUSP, 2006.

SANTOS. E. **A Imagem do Portador de Deficiência Mental na Sociedade e nos Meios de Comunicação** - Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SOUZA. Letícia do Amaral Burlamaqui. **Inclusão Escolar: A Aceitação de Alunos com Deficiência Mental pelos Professores de Classes Comuns.** Santa Maria: Monografia Especialização, 1995.

VISCA. Jorge. **Psicopedagogia: novas contribuições.** Organização e tradução Andréa Morais, Maria Isabel Guimarães. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1987.

WANDERLEY. M. **O saber em jogo: a Psicopedagogia proporcionando autorias de pensamento.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

## ANEXOS



A utilização de materiais pedagógicos e jogos educacionais na educação



Tecnologias assistivas favorecem inclusão escolar de alunos.